

Fotos: J. Andrade



# HIPOCRISIA

Sob o comando do governador Anthony Garotinho e do prefeito Luiz Paulo Conde, eles cantam o Hino Nacional enquanto discutem a entrega dos Recursos Hídricos brasileiros ao capital internacional. De quebra, mandam espancar e prender trabalhadores e população carente.

Figuras 4, 5 e 6



DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente  
 Dario Mondego  
 Diretor Vice-presidente  
 Paulino Cabral da Silva  
 Diretor Administrativo  
 Júlio César Oliveira Antunes  
 Diretor Financeiro  
 Edson Reis da Silva  
 Diretor de Comunicação  
 Flávio José Soares de Moura  
 Diretor Técnico  
 Claudino Victor R. E. Santo  
 Diretor Social  
 César Lima da Graça  
 Diretor Jurídico  
 Aloysio Gomes Feital Filho  
 Diretor Adjunto  
 Flávio de Carvalho Filho

CONSELHO DIRETOR

Representante dos Administradores  
 Luziete Francisca da Silva  
 Advogados  
 Sueli Kolling Turano  
 Aposentados  
 Maria Christina Piragibe  
 Maria Carmem M. Almeida  
 Nelson Martins Portugal  
 Armando Costa Vieira  
 Edison Bittencourt Rosa  
 Arquitetos  
 Marilusa de Andrade da Fonseca  
 Sócios Aspirantes  
 Wagner Gonçalves Mondego  
 Demais Categorias  
 Antonio Bastos de Oliveira  
 Economistas  
 Firmino Gustavo Gameleira  
 Engenheiros  
 Daisy Cristina de A. Menezes  
 Sidney do Valle Costa  
 Sidney Werneck dos Santos

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnry  
 Bitencourt de Oliveira, Emy  
 Guimarães de Lemos, João Carlos do  
 Rego Pinto, Renato Lima do Espírito  
 Santo e Carlos Henrique Soares de  
 Menezes e Jaime Dutra Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva, José  
 Alberto Burd e Gerson Pereira L.  
 Nascimento. Suplentes: Antônio  
 Bastos de Oliveira, Jorge Rodrigues  
 Leitão e Leon Ambram

Produção e Edição  
 Planin-Assessoria de Comunicação  
 Tels: (021) 220-2461/524-0890  
 planin@unikey.com.br

Jornalista Responsável  
 Carlos Emiliano Eleutério  
 MTB: 12.524/RJ

Diagramação e Editoração eletrônica  
 J. Paulo Carneiro Eleutério

Edição de Agosto de 2000  
 Tiragem: 2.000 exemplares

# Teresópolis estuda renovação do convênio com a CEDAE

Fotos: J. Andrade

Uma comissão mista, formada por representantes da prefeitura de Teresópolis e por técnicos da CEDAE, já está examinando os termos da minuta de convênio de concessão dos serviços de Saneamento no município, entregue no último dia 10 de agosto, pelos empregados da Companhia ao prefeito Mário Tricano, prevendo a prestação dos serviços de distribuição de água e esgotamento sanitário ao município.

Todo o quadro funcional da Superintendência da Cedae em Teresópolis (SURTE) compareceu à solenidade realizada no auditório da Rádio "Geração 2000", de propriedade do próprio prefeito, candidato à reeleição, que não quis se reunir com os trabalhadores e líderes sindicais nas dependências da prefeitura ou da própria CEDAE.

Dispostos a exigir uma posição definitiva do prefeito, que há cerca de dois anos ameaçara privatizar o saneamento local, os empregados da CEDAE, aceitaram o local proposto por Tricano, onde foram recebidos em clima de campanha eleitoral. Além dos trabalhadores, participaram ainda diretores da ASEAC, dos Sindicatos dos Engenheiros e dos trabalhadores de Niterói e de Teresópolis, além do presidente regional do PT, deputado federal Carlos Santana.

Depois de ouvir o presidente do Sindicato de Niterói, o campista, o deputado Carlos Santana e o presidente da ASEAC, Dario Mondego - todos unânimes no discurso contra a privatização de serviços públicos essenciais, como o abastecimento d'água e a coleta e tratamento de esgotos - o prefeito Mário Tricano improvisou um rápido comício sobre sua vida pública nos dois mandados à frente da prefeitura. Explicou a que sua decisão anterior de propor a privatização tinha por objetivo chamar a atenção das autoridades estaduais e da própria direção da CEDAE para a situação do município.

- Cansei de procurar o governador e o presidente da CEDAE para pedir água para as áreas carentes, e ouvir deles a afirmação de que a Empresa está falida. Afinal, eu e a população não somos responsáveis pela incompetência dos outros. Eu sou prefeito, advogado do povo. Então, podem chamar de privatização ou do que quiserem, mas eu precisava chamar a atenção do governador para o problema e consegui - afirmou Tricano.

Tão logo ficou de posse da minuta, entregue pelo representante da CE-



Tricano examina a minuta do novo convênio que recebeu do representante da CEDAE

DAE, Aloysio Gomes Feital Filho, o prefeito tentou adiar uma decisão sobre o assunto para depois das eleições municipais, alegando uma série de compromissos de campanha que não lhe permitiriam discutir o assunto com seu secretariado. Mas, diante dos argumentos do presidente da ASEAC e do deputado federal Carlos Santana e de olhares decepcionados de dezenas de eleitores dos quadros da CEDAE, Tricano recuou, comprometendo-se a nomear uma comissão formada por técnicos do município e da Companhia. A decisão, embora ainda não indique uma solução definitiva, aponta uma clara tendência de que o prefeito pretende abandonar de vez a idéia de privatizar os serviços de saneamento, hoje prestados pela CEDAE e tidos como modelo em todo o Estado do Rio.

Segundo o deputado Carlos Santana, a decisão de buscar logo a renovação do convênio com o prefeito Mário Tricano terá um efeito simbólico muito importante, mostrando que esta é a melhor solução para os municípios. "Trata-se de um ato político que certamente vai influenciar na decisão de outros", acrescentou.

O presidente da ASEAC lembrou que, recentemente, alguns municípios renovaram seus contratos de concessão com a CEDAE, enquanto outros

estão discutindo a renovação do convênio com a concessionária estadual. Este é o caso, por exemplo de São Gonçalo, cuja solução também caminha para a preservação dos serviços na esfera pública. Uma minuta do futuro convênio entre a Cedae e o município de São Gonçalo, nos mesmos moldes daquele encaminhado à prefeitura da Teresópolis, já foi entregue ao prefeito Edson Ezequiel.

De qualquer forma, a direção da ASEAC vem trabalhando no sentido de mostrar aos prefeitos a importância de se preservar o Saneamento nas mãos do Estado, a partir de uma total reestruturação da CEDAE, conforme prometeu Garotinho, durante a sua campanha eleitoral para governador. Para o presidente da entidade, é preciso retomar imediatamente o diálogo com os municípios fluminenses onde a CEDAE opera sistemas de saneamento, de forma a elaborar novos modelos de convênio que atendam, de fato, aos interesses municipais, como defende há anos a maioria dos técnicos da Companhia.

Dario Mondego ressaltou que a ASEAC defende a descentralização administrativa da empresa com base na renovação de convênios em base essencialmente democráticas e participativa, de maneira a melhorar de fato os serviços de saneamento básico do Estado.

# Conspiração

**H**oje, já há uma certeza. As evidências delineiam o projeto em comum contrário aos interesses nacionais, entre o FMI e governantes brasileiros.

Aqui no Rio, no início, parecia-nos uma situação localizada. É verdade que a CEDAE não vinha bem. Sofrera desgastes em governos anteriores.

Tendo em vista que ela não tem autonomia administrativa, o quadro continua se agravando. É clara a intenção de torná-la totalmente inviável economicamente, de forma a viabilizar a sua privatização, ainda que em doses homeopáticas. O governador Garotinho vem se prestan-do para a prática dessa continuação.

O governador Marcello Alencar foi o primeiro a se inclinar para o mal, aqui no nosso Estado. Ainda em campanha, fingiu-se sensível e comprometeu-se conosco em reabilitá-la. Não. Não foi nada daquilo que nos parecia. Mentia e dissimulava, porque, naquela oportunidade, já era um ponto avançado do entreguismo. Afinal, o Estado do Rio é considerado estratégico. Logo que se empossou, mostrou a verdadeira face e passou a intensificar o sucateamento da CEDAE, preparando-a para privatizar, através do seu programa de desestatização. Era o eco do governo Fernando Henrique que dera continuidade ao processo de privatização, implantado por Collor de Mello, que foi conivente com o FMI. Este, o mentor desse hediondo “esquema” que vem sendo imposto ao Terceiro Mundo. Como qualquer agiota, submete, impiedosamente, os seus devedores. Neste pedaço do Planeta Terra, não há exceção e, com o “canto da sereia”, aquele Fundo atraindo, a cada dia, novos subservientes. Dentre eles, brasileiros com a legitimidade do voto.

Nesse mar tenebroso, submergem alguns novos governantes de nossos estados e de países contidos no nosso Continente. Mudaram a bandeira de luta que os elegeu. Hoje, integram a legião dos futuros cabisbaixos. O Fernando de La Rua é um exemplo. A sua Argentina já foi um modelo de luta nacionalista. Atualmente, aquela nação vizinha, de joelhos, pede “Wainer” (perdão) ao FMI, pelo descumprimento de meta e caminha para a dolarização de vez de sua economia! E ficará, se tal acontecer, certamente, dependente do Banco Central Americano. Será uma colônia de fato. A sua autonomia fará parte de sua história, aliás, briosa história.

Esse “esquema diabólico” tornou aquele país quase “terra arrasada” em termos econômicos. Não menos diferente, vinha caminhando a economia equatoriana. Não

resistindo à fúria decadente, o Equador, precisamente no dia 9 de setembro último, dolarizou a sua economia, abandonando a sua moeda vigendo há mais de um século. Renunciou à sua autonomia! Com as mesmas passadas, caminha o nosso Brasil. Há semelhança. Sejam no empobrecimento dos seus povos, na concentração de renda, no aumento do desemprego, na desnacionalização de seu patrimônio e em outras misérias mais, decorrentes. Lá na Argentina, o Fernando de La Rua, com seis meses de governo, baixou dois pacotes de arrocho para a sociedade. Já não tem estatais para vender. Aqui, quase tudo já foi vendido e a nossa dívida externa vem crescendo aos patamares de centenas de bilhões de dólares.

O “nosso” Fernando finge não ver o que se passa na vizinhança de sua pátria. Cumpre piamente a cartilha da conspiração e, ainda discursa à sociedade, afirmando que o Brasil ganhou um projeto de país, valendo-se da passiva e ordeira gente brasileira.

Há pouco o que vender. Mas ele tenta ou é comandado para tentar. Exemplo disso é a Petrobrás e o Saneamento Básico. Este último só ainda não foi vendido, devido a entraves de legislação. Há uma movimentação intensa de seus escalões imediatos na busca de soluções legais, para ser praticada de vez a expressão “poder concedente”. Ah! Isso aí tem tirado o sono dos governantes dos patamares menores da República. Brigam entre si. Afinal, para eles, não importa o que vai acontecer, futuramente, com o Brasil endividado ou com a saúde pública da sua sociedade brasileira. São imediatistas e conjugam vaidade com interesses financeiros, a peso de dólares, que os cegam e, por isso, faz-lhes perder a percepção de que a aparente felicidade é, na realidade, um sofrimento a médio ou a longo prazo. Não lhes bastam, ainda, as retrações, a curtíssimo prazo, das verdades advindas das outras privatizações consumadas.

O jargão, no qual é exaltada a opulência de recursos financeiros da iniciativa privada que faltam ao governo, é outra tirada da conspiração. Vejam que o BNDES, desde 1995, vem financiando os investimentos das estatais privatizadas. Nesse período, já se somaram seis bilhões de reais. E, aí, inverteram a mão? Não era deles que o governo esperava os recursos financeiros? A Light já levou R\$ 308 milhões, a Telemar R\$ 400 milhões, a Tele Centro Sul R\$ 424 milhões e a Telesp Celular R\$ 595 milhões, dentre 40 empresas privatizadas que, também, le-

varam dezenas de milhões como financiamentos daquele Banco do Governo Federal!

Parece-nos que o FMI empresta ao Brasil, que empresta ao capital privado internacional, que domina as ex-estatais e integra o G-7 (países mais ricos) e que mantém o FMI. Na prática, os recursos esperados nas privatizações vêm através do FMI. O capital internacional, em uma operação indireta, empresta ao Brasil em dólar, que vale mais que o real. Aqui, já começa ganhando na conversão. Faz a remessa dos lucros auferidos e a sociedade brasileira fica no pelourinho castigada pela perversão.

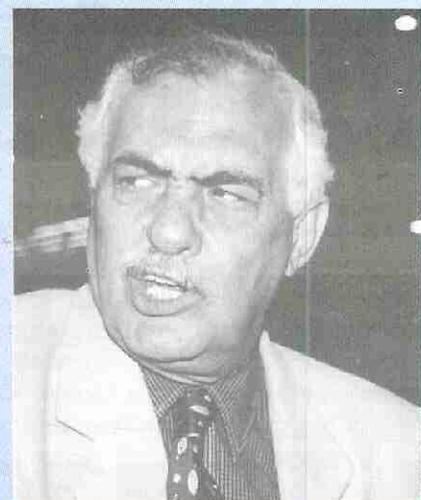
Enquanto isso, vivem na penúria as atividades públicas essenciais tocadas pelas estatais, ainda vivas sob o lábaro estrelado. Não recebem um centavo de investimento dos órgãos estaduais ou federais, porque, segundo os ordenadores, não geram excedentes financeiros (lucro) para honrarem os pagamentos dos empréstimos.

As estatais do Saneamento Básico, por exemplo, não têm fins lucrativos. Exercem o papel nobre de assistir à sociedade, porque cuidam, preventivamente, da saúde pública. A indispensável e reclamada universalização, requer recursos dos governos. Dêem-nas o mesmo tratamento que dão às ex-estatais. Como sempre, com dificuldade, é claro, honrarão os compromissos financeiros de investimentos assumidos. A sociedade usuária foi quem sempre pagou, através da tarifa.

Em Saneamento Básico, o verdadeiro lucro é o social. O econômico é tão somente o meio de consegui-lo. Agora, transformar as estatais do saneamento em balcão de negócios para favorecer à conspiração gera uma triste imagem de apátrida.

Enquanto não adequam a legislação para o atingimento dos objetivos da conspiração, aqui, no nosso estado, disseminam as privatizações municipais do saneamento. Cada Prefeito não briga pela responsabilidade de fazer, mas sim, pelo poder de conceder. É a privatização em cascalhos que, também, atende à conspiração. Afinal, o ator é o mesmo, os palcos é que são variados. Chegam ao absurdo, até, de criarem um mini-palco, isto é, um palco bairrista dentro do palco municipal – região da Barra, Recreio e Jacarepaguá. Pretendem privatizar o seu Saneamento Básico. Bairros antigos e carentes não têm essa atenção do prefeito nem do governador.

O mar que banha as praias da zona norte é o mesmo da zona sul, incluindo-se Bar-



**Em Saneamento Básico, o verdadeiro lucro é o social. O econômico é tão somente o meio de consegui-lo**

ra e Recreio. O que faz a diferença é o habitante. Na zona norte, predomina a pobreza e nos outros, a nobreza e os mega-empresários. Por isso, na zona norte, as praias podem ser fétidas.

Com certeza, esse cascalhinho esquecido não interessa à conspiração. Não há nada para colher, ali. A conspiração não é assistencialista.

Há um bairrismo que pode estar preparando aquela área configurada da Barra, Recreio e Jacarepaguá para uma reedição de plebiscito de emancipação de um novo município. Os limites da proposta anterior derrotada, bem se assemelham com os limites para a privatização do Saneamento Básico. Anteriormente, ali não existiam os empreendimentos de hoje, capazes de gerar recursos de sustentação de uma nova municipalidade. Fica, agora, por conta do político, pois a infra-estrutura vem sendo instalada. Grande risco para o Município do Rio de Janeiro que poderá perder uma fatia polpuda de sua arrecadação. A CEDAE perderá em torno de 11 milhões de reais mensais no seu faturamento, caso os entreguistas consigam privatizar o Saneamento daquela região.

*Dario Mondego*

Dario Mondego  
Presidente

# Nós já vimos este filme

**C**om uma manobra de fazer inveja a seu antecessor, Marcello Alencar, o governador do Estado, Anthony Garotinho, conseguiu esvaziar, no final de agosto, a ação da população em dois eventos que poderiam mudar o rumo das privatizações no Rio: a Audiência Pública realizada no Riocentro para discutir a privatização do Saneamento na Barra/Recreio/Jacarepaguá e a reunião da ASEP, para debater o retorno da conversão do gás manufacturado para o gás natural pela CEG privatizada.

## GAROTINHO REPETE MARCELLO ALENCA Que vergonh

Fotos: J. Andrade



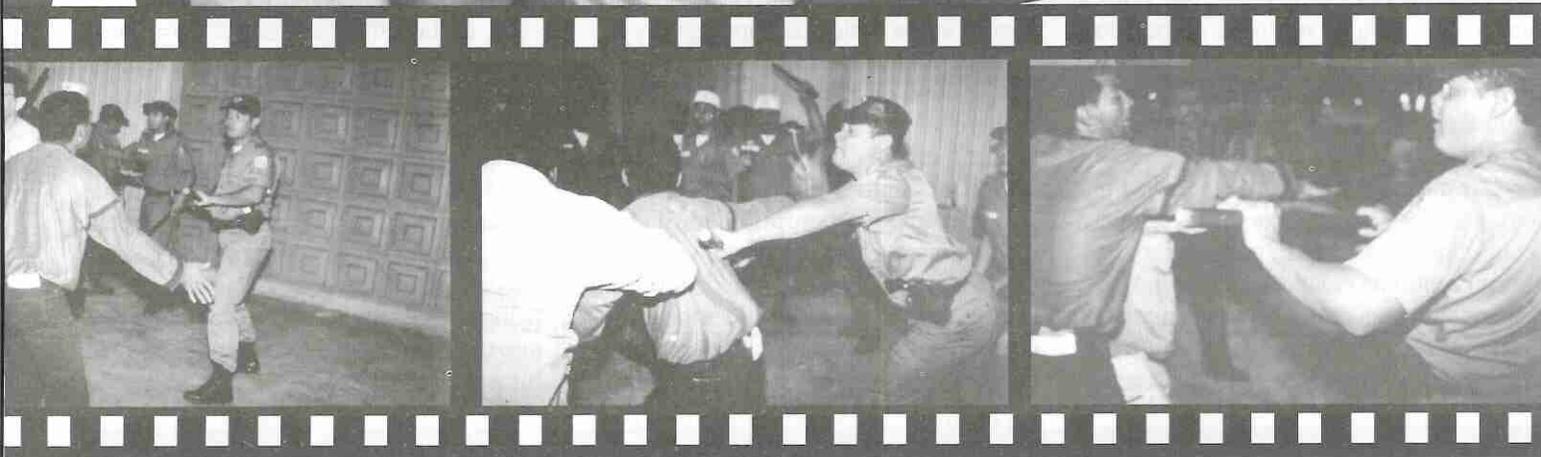
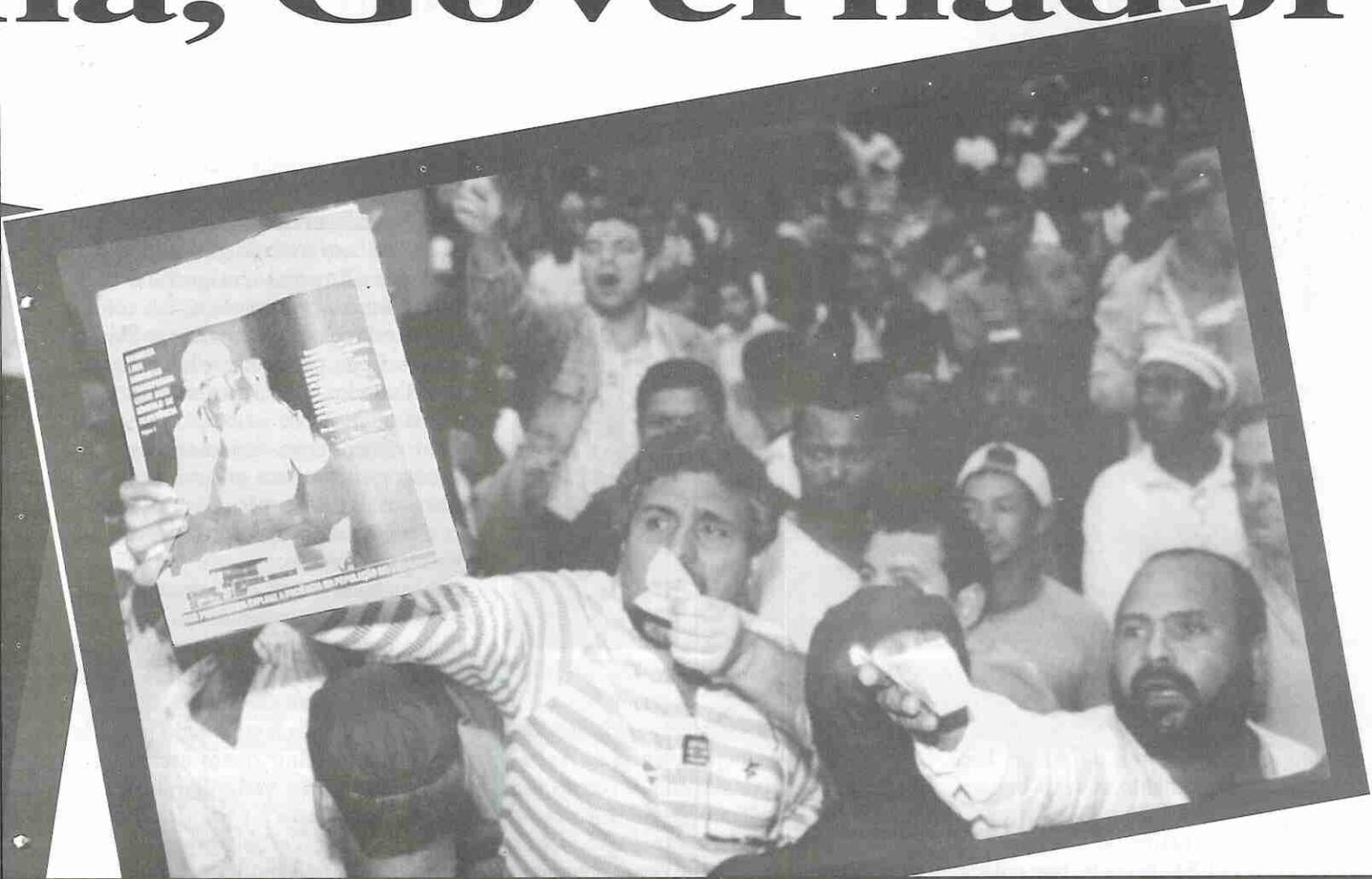
“Farinha do mesmo saco”. Esta foi a classificação que os empregados da CEDAE e os representantes da sociedade civil deram para a postura do governador Anthony Garotinho em relação a seu antecessor, Marcello Alencar, depois de serem espancados por cerca de 100 soldados da polícia militar e da guarda municipal do prefeito Luiz Paulo Conde, durante a Audiência Pública realizada no Riocentro, no dia 30 de agosto, para discutir o edital de privatização da Barra/Recreio/Jacarepaguá.

A estratégia de Garotinho foi a mesma que o seu mestre - o ex-governador Marcello Alencar - utilizou, no início de 98. Numa sexta-feira, véspera do carnaval, sob forte aparato policial, Marcello Alencar para impediu a participação de-

mocrática da população na Audiência Pública, realizada nas dependências do Palácio Guanabara, através da qual o governo tentava privatizar a CEDAE, sob protestos generalizados da sociedade.

Nos dois episódios, a população interessada foi literalmente impedida de participar dos debates, cingidamente batizados de “Audiência Pública”. A única diferença foi que, na época de Marcello Alencar, a população não passou sequer dos “portões do palácio”. Desta vez, para tentar disfarçar a censura, os organizadores limitaram a participação em 400 pessoas, num local que dispõe de um auditório para cerca de 3 mil pessoas. A estratégia foi simples com a clara intenção de impedir o debate, uma vez que a sociedade, escaudada com a péssima qua-

# ARE DÁ SHOW ANTI-DEMOCRÁTICO NO RIOCENTRO na, Governador



lidade da CEG, Light, CERJ e outros serviços públicos privatizados, não admite sequer falar em privatizar um serviço essencial como o Saneamento Básico.

## VERGONHA

Além de marcar em horários conflitantes dois encontros de interesse dos consumidores – a Audiência Pública no RioCentro e a reunião da ASEP para decidir o retorno da conversão do gás – o governo do Estado deixou de fora do auditório mais de 100 pessoas, que foram orientadas a só assistir a reunião através de um “telão”, e não participar da Audiência. Irritadas com o comportamento antidemocrático do Executivo, representantes da população e empregados da CEDAE, apoiados por alguns políticos

presentes, iniciaram um protesto, exigindo a liberação do acesso ao auditório para todos ou a suspensão da Audiência.

Armado o conflito, nenhuma autoridade presente tentou uma conciliação. Pelo contrário, a impressão foi a de que o objetivo era aquele mesmo promover uma grande pancadaria, onde os policiais encarregados da segurança chegaram a ameaçar sacar as armas, durante o tumulto generalizado. Uma demonstração clara do que o governador Anthony Garotinho entende por democracia. E, é claro, um alerta para todos nós do que poderá ocorrer se Garotinho, eleito governador pelo voto direto, viesse a ser presidente da República, como ele sonha que será.

Minutos antes da pancadaria genera-

lizada, parlamentares, entre os quais o deputado Carlos Minc, o vereador Eliomar Coelho, o deputado Vivaldo Barbosa e o candidato a vereador Lindemberg Farias, ainda tentaram argumentar com o Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, Luiz Henrique Lima, mas este ignorou qualquer argumento, se preocupando apenas em chamar o comandante do policiamento, e mandar formar um cordão de isolamento à frente da mesa.

A partir daquele momento, qualquer possibilidade de diálogo foi interrompida e, 45 minutos depois de iniciada, a Audiência se transformou numa confusão generalizada. Ostentando notas de um real e atirando-as sobre os representantes dos governos estadual e municipal, os manifestantes gritavam palavras de

ordem e ofereciam dinheiro aos componentes da mesa:

- Não, não, não à privatização; vender a CEDAE, é coisa de ladrão!!! – gritavam, ao mesmo tempo em que pediam a suspensão da Audiência e acusavam o presidente da CEDAE, Alberto Gomes, de traidor, “judas”, apelando à memória de seu pai – engenheiro de carreira da Companhia - e acenavam com notas de Real. “É dinheiro que vocês querem?”, perguntavam, diante do olhar impassível de Alberto Gomes, também funcionário de carreira da Companhia, mas também representante do governo do Estado na comissão mista formada com a prefeitura para viabilizar a privatização dos serviços na Barra/.Recreio/Jacarepaguá.

A situação ficou um pouco mais tensa depois que um dos manifestantes puxou o fio do microfone do secretário de Saneamento, gerando um novo início de tumulto. Do lado de fora, o embate entre policiais e dezenas de pessoas, que foram impedidas de entrar parecia inevitável, até que a pancadaria se generalizou. No tumulto os ânimos se exaltaram e alguns policiais ameaçaram sacar as armas. Os manifestantes não se intimidaram. Pelo contrário, reagiram. Na confusão com os policiais, as pessoas acabaram derrubando as divisórias que isolavam o auditório, na medida em que tentavam se defender da agressão dos policiais.

No meio do protesto, surgiram duas faixas contra a privatização da CEDAE. O deputado Luiz Henrique Lima, tentando demonstrar calma, pedia aos presentes que se sentassem, mas aos poucos começou a mostrar sinais claros de irritação. Alguém surgiu com um megafone e o tom dos protestos aumentou. Cada tentativa do secretário de Saneamento de falar era respondida com mais palavras de ordem - “Fora, ladrão!” – e a música “Mamãe eu quero mamar”. De repente, uma chuva de bolas de papel foi lançada sobre a mesa em meio a vaias.

Por volta das 19:50hs, quase duas horas depois de iniciada, Luiz Henrique Lima resolveu considerar as exposições da secretária municipal de Obras, Ângela Fonti, e da Procuradora do Estado, Beatriz do Couto e Silva - os dois únicos efetivamente realizados – como satisfatórios. Em seguida, ignorando a falta de condições para realizar a Audiência, passou a receber perguntas dos empresários presentes, sob vaias e gritos da população presente: “Ô Garotinho, pode esperar; a sua hora vai chegar!”

Às 20:15hs, abriram-se os portões laterais do auditório e um novo contingente de policiais do Batalhão de Choque da PM invadiu o auditório, assustando os presentes. Mas não houve mais tumulto: era apenas a “deixa” que o secretário de Saneamento aguardava para encerrar a Audiência Pública e deixar o recinto junto com os demais membros da mesa e empresários presentes.

# Consumidor fica de fora

Ameaça de venda da CEDAE e retorno da conversão do gás assustam população

Quarta-feira - 30 de agosto. Foi um verdadeiro "Dia de Cão" para os cidadãos do Estado do Rio de Janeiro, que tiveram de enfrentar praticamente no mesmo horário duas farsas promovidas pelo governo do Estado. A primeira delas foi a Audiência Pública no Riocentro para privatizar o Saneamento na Barra/Recreio/Jacarepaguá. A segunda, a reunião da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado - ASEP - que deveria definir critérios para a retomada da conversão do gás manufaturado para o natural - que vem sendo feita pela companhia privada de gás (CEG) sem os devidos cuidados técnicos.

Os estrategistas do Palácio Guanabara definiram que a audiência pública do Riocentro deveria começar às 18 horas, mas com a abertura dos portões às 16:00hs, ficando estipulado que haveria apenas 400 lugares para os interessados em participar. Ou seja, assim que os 400 lugares fossem preenchidos, os portões do auditório do pavilhão Quatro se fechariam e os que não tivessem entrado ficariam do lado de fora, apenas assistindo a audiência através de um telão.

Propositadamente, os mesmos estrategistas definiram que a reunião no auditório da ASEP - desmarcada pelo menos duas vezes - deveria começar às 16 horas, no mesmo dia 30 de agosto. Ou seja, de forma a inviabilizar a participação de diversas associações de moradores na Audiência Pública do Riocentro. Sabiam os estrategistas do governador Anthony Garotinho que as associações, principalmente as da Zona Sul da capital, se ti-



Fotos: J. Andrade

Os Presidentes das associações de moradores voltaram a reclamar da ineficácia da ASEP

vessem de escolher entre uma e outra reunião, ficariam com a da ASEP. Isto porque, neste momento, são os bairros daquela área que mais estão sofrendo com a péssima qualidade dos serviços prestados pela CEG privada, que coloca em risco a vida de milhares de pessoas. Isto sem falar que a multinacional que assumiu a CEG quer repassar para os consumidores os custos da conversão para gás natural.

O resultado, é claro, foi o esperado. Poucas associações participaram da Audiência Pública da CEDAE, pois ficaram presas no centro da cidade, na sede da ASEP, onde a temperatura também esquentou por várias vezes. Aliás, chegou quase "a ferver" quando o senhor Ranulfo Vidigal, amigo

do governador Garotinho, afastado por vários meses da presidência da Agência Reguladora por suspeita de corrupção, ao lado do Conselheiro Sérgio Ruy, teve a coragem de defender a posição da CEG de que os consumidores é quem deveriam arcar com os custos da conversão.

A polêmica em torno da questão foi tal que, para disfarçar, o amigo do governador e o conselheiro Sérgio Ruy propuseram a criação de uma câmara mediadora para analisar em que casos as despesas serão de responsabilidade da CEG ou do consumidor. É claro que a proposta gerou protestos por parte de representantes das associações de moradores, como Regina Chiaradia, da Associação de Botafogo, e Abílio Tozini, da Associa-

ção da Lauro Muller.

Outro ponto de discórdia foi a tentativa de afastar o conselheiro José Carlos Loureiro do cargo de relator. Ele vem denunciando sistematicamente os constantes erros da CEG na conversão do gás natural, afirmando que a Empresa vem ignorando normas de segurança técnicas e, em consequência, está colocando em risco a vida dos usuários. Logo, para tentar se livrar de José Carlos Loureiro, a CEG entrou com um pedido de arguição de suspeição, alegando que por ele ter sido ex-funcionário da CEG, não tem isenção para julgar a Empresa. Felizmente, a CEG perdeu na argumentação e o voto do conselheiro, favorável à população, foi válido.

De qualquer forma, os "estrategistas de plantão" do governador devem estar satisfeitos, pois os jornais no dia seguinte noticiaram que os conselheiros da ASEP aprovaram a retomada dos trabalhos de conversão de gás manufaturado para gás natural. Sem definir quem arcará com as despesas: se a população ou a CEG. Ou seja, ponto para a CEG. Diga-se de passagem, marcado pelo amigo do governador, senhor Ranulfo Vidigal.

E, é claro, também noticiaram que a Audiência Pública para a privatização da CEDAE na Barra/Recreio/Jacarepaguá não será realizada mesmo, porque a do dia anterior teria validade.

Mas os jornais também informaram que enquanto a ASEP votava favoravelmente pela retomada da conversão do gás, no Riocentro, a Polícia espancava os trabalhadores e representantes da população, que queriam participar da Audiência Pública da CEDAE.

## CONVÊNIO

### CREA e ASEAC implantam programa de cooperação

A ASEAC e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA-RJ) assinaram, no último dia 14 de agosto, na sede do Conselho, um convênio destinado a implantar um programa de cooperação entre as duas entidades, para fiscalizar o exercício profissional no setor e atividades afins, bem como divulgar material institucional do CREA-RJ relativo à campanha da Anotação de Responsabilidade Técnica.

O convênio, que já está em vigor desde a data da assinatura, deverá durar seis meses, e prevê ainda a publicação de informações a respeito das atividades do CREA, através de uma Seção na

edição mensal do jornal da ASEAC, intitulada "Coluna do CREA", que ocupará metade da sétima página de cada edição, já a partir desta.

- O convênio confirma nossas ações, no sentido de buscar o fortalecimento das nossas entidades para fortalecer nosso sistema de fiscalização - disse o presidente do CREA-RJ. Para José Chacon, a iniciativa é muito importante também para melhorar as condições de trabalho e valorizar os profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia, com conseqüente reflexo na qualidade de vida da população. No entender do presidente da ASEAC, a assinatura marca o iní-

cio de um intercâmbio que certamente beneficiará os profissionais de Saneamento e o próprio setor, em favor da população do Estado.

Participaram da cerimônia de assinatura do convênio presidente do CREA, José Chacon de Assis, o presidente da ASEAC, Dario Mondego; o vice, Paulino Cabral da Silva; o Secretário Geral do CREA, César Lopes; o diretor do Sindicato dos Engenheiros, Cândido Francisco dos Santos; e os diretores da ASEAC Claudino Victor R. Espírito Santo (diretor técnico); Júlio César Oliveira Antunes (Administrativo); Aloysio Gomes Féital Filho (Jurídico).

# População reage

## Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho vira Ato Público contra privatização

O progressivo desmonte de empresas públicas como a Petrobrás e a CEDAE foi o destaque da solenidade realizada no último dia 18 de agosto, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em homenagem à memória de seu ex-presidente, Barbosa Lima Sobrinho, morto em julho último. Com a presença de dezenas de políticos, jornalistas, líderes de entidades de classe, trabalhadores e sindicalistas, além de representantes da sociedade civil em geral, além do presidente da ASEAC, Dario Mondego, a cerimônia acabou se transformando num ato público contra a venda do patrimônio público nacional - verdadeira bandeira de luta do advogado, jornalista e político Barbosa Lima Sobrinho durante os 103 anos de sua vida.

Coube à presidente do Movimento em Defesa da Economia Nacional (MODECON), Maria Augusta Tibiriçá, dar o tom político que acabaria marcando a reunião. Militante histórica da Campanha "O Petróleo é Nosso" (movimento que originou a criação da Petrobrás, nos anos 50), Maria Augusta lembrou que Barbosa Lima não queria homenagens e sim um ato público que, segundo as palavras do próprio presidente da ABI, "desse seqüência às nossas lutas". Tibiriçá solidarizou-se com os familiares do jornalista (seus filhos Fernando e Carlos Eduardo compunham a mesa) e conclamou os presentes a participar da campanha iniciada dias antes, no âmbito do MODECON, para anular o leilão e a conseqüente venda da Companhia Vale do Rio Doce.

Igualmente ameaçada pela onda de privatizações, a CEDAE também foi incluída no ideário do presidente da ABI. Dias antes de sua morte (05/07), Barbosa Lima Sobrinho subscreveu carta aberta encaminhada ao governador do Estado do Rio, Anthony Garotinho, aderindo ao protesto contra a privatização da Companhia Estadual de Saneamento. Além de sua assinatura, Barbosa Lima escreveu de próprio punho (Jornal da ASEAC, julho/2000) uma declaração na qual expressava-se solidário à campanha contra a privatização da CEDAE". Uma reprodução ampliada do documento, exibida aos presentes, foi entregue aos familiares de Barbosa Lima Sobrinho, como um símbolo de resistência e nacionalismo.

Ao discursar em nome de seu partido, o deputado federal Vivaldo Barbosa (PDT/RJ) lembrou que "o ideário do homenageado impõe a luta" e contou que, na véspera, havia recebido um convite, do secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, Luís Henrique Lima, para comparecer à Audiência Pública para discutir a privatização de parte dos serviços prestados pela Cedae, na Barra da Tijuca/Recreio/Jacarepaguá, marcada para o dia 30 de agosto (ver páginas 4 e 5). O parlamentar disse, então, que "iria até lá sim, mas para protestar" contra a iniciativa de seu correligionário de partido - o governador Garotinho - e convidou todos os presentes a fazerem a mesma coisa.

### Coluna do CREA



## Água e luz cada vez mais escassos

# No país do desperdício

A falta de água e energia, prevista pela ONU para ocorrer em escala mundial, em meados do próximo século, já acontece no Brasil, país que se orgulha de seus recursos hídricos e potencial de energia hidrelétrica: é o resultado da proposital falta de investimentos do Estado em obras de infraestrutura e modernização de nossas empresas públicas, para forjar uma insatisfação popular que respaldasse as privatizações.

A gestão privada desses segmentos estratégicos do serviço público interrompeu o planejamento de médio e longo prazo em favor dos ganhos e do retorno imediato dos investimentos financeiros, deixando lacunas imperdoáveis para o país, que se vê obrigado a importar volumes gigantescos de energia elétrica dos países vizinhos (Argentina, principalmente); e a adotar um plano de emergência de geração termelétrica, que aumenta a dependência externa do país via importação de gás natural, de equipamentos, de tecnologia e de mão-de-obra qualificada.

E isto quando nossas capacidades industriais estão ociosas, nossas equipes técnicas de excelência estão desmanteladas e nos-

os profissionais amargando o desemprego. Esse quadro de desgoverno, de efeitos no curto prazo, é apoiado na vocação de nossas elites para a subserviência cultural e econômica ao que é de fora. A adesão sem cerimônia aos valores e padrões de consumo dos países industrializados, em especial do norte-americano, tem dado as costas ao potencial do nosso povo e de nossa terra, ignora as vantagens comparativas de um país enorme, tropical, e de fabulosos recursos naturais, comprometendo a qualidade de vida da atual e das futuras gerações.

Na cópia subserviente do modelo externo, repete-se, aqui, a prática do consumismo perdulário, insustentável ambientalmente e fator de segregação e exclusão social. Nesse modelo, a desigualdade na distribuição e no consumo de energia e de água, entre as classes sociais, é acompanhada de níveis de desperdício elevados. Falta água potável em 68 % dos municípios brasileiros, mas o desperdício de água tratada chega a 40% em grandes centros, como em São Paulo, segundo o professor Aldo Rebouças, da USP. É uma situação grave num

país que tem 60% das internações hospitalares de crianças provocadas por doenças de veiculação hídrica.

A falta d'água e redução dos níveis das represas hidrelétricas são alarmantes. Há quem preveja racionamentos, falta de energia e blecautes dentro de alguns meses, ou, no máximo em um ano. A redução da oferta d'água para manter os reservatórios, além de provocada pela estiagem resultante de fatores climáticos globais, naturais, tem causas antrópicas como o aumento do efeito estufa e os desmatamentos nas áreas de nascentes e mananciais. O desmatamento das florestas gera a impermeabilização dos solos que, por sua vez, provoca a erosão e o assoreamento das calhas dos rios: a conseqüência é o desequilíbrio de um sistema que passa a responder às ações do homem com extremos - ora enchentes, ora secas.

A arrancada para o crescimento econômico significará um aumento considerável dos requerimentos de energia e recursos naturais. É hora, portanto, de pensar na saída do impasse em que vivem os países subdesenvolvidos e pobres, que concentram qua-

tro quintos da população do planeta, uma vez que o modelo dominante dos países centrais é predatório e socialmente excludente.

O aumento da população do planeta já superior a seis bilhões de pessoas não nos permite adiar a discussão do modelo de desenvolvimento que nos interessa. Esse caminho deve corrigir a vergonhosa estrutura de concentração de terras e de rendas no Brasil, eliminar os desperdícios e promover a conservação de energia, de forma ampla, isto é, concebendo novos produtos com usos menos intensivos em energia e ambientalmente sustentáveis e que atendam os anseios e necessidades do povo. Deve desprivatizar o Estado, que atualmente carrega os recursos dos mais pobres para investimentos que beneficiam os mais ricos, além de corrigir os rumos da globalização, que até agora só aprofundou as desigualdades sociais e aprofundou as diferenças na qualidade de vida.

*José Chacon de Assis*

Presidente do Conselho Regional de Engenharia  
Arquitetura e Agronomia (CREA-RJ)

# Só com “reza forte”

Sorte a do seu Salvador que não sai de casa sem levar a Oração de Santa Cruz, que afasta inimigos, acidentes violentos e até a morte. E pelo jeito, afasta também o perigo provocado pelo descaso das empresas públicas privatizadas. Segundo o seu Salvador, a oração, encontrada em 1535 sobre o túmulo de Jesus Cristo, salvou a sua vida quando a tampa de um bueiro da Light foi projetada para dentro de seu carro, após uma grande explosão, provocada por um vazamento na tubulação da concessionária privada de gás (CEG).

Salvador Rodrigues\*

**O Milagre** - Manhã do dia 17 de maio de 2.000. Eu dirigia tranqüilamente meu carro pela rua São Clemente, em Botafogo, em direção a Região Sul do Estado (Ilha Grande/Angra dos Reis) onde trabalho. Ao passar pelo cruzamento das ruas Guilhermina Guinle, me vi em meio a uma grande explosão. Havia muita fumaça e um forte cheiro de gás queimado. Apesar de vir na velocidade dos outros carros, instintivamente, me abaixei, fazendo um esforço para manter o carro em movimento e com a mesma velocidade. Foi quando um objeto muito grande entrou pelo pára-brisa dianteiro do meu carro, quebrando tudo e fazendo muito barulho.

O medo e o pavor se apossaram de mim. Até que o carro caiu com o lado direito em um buraco; desliguei o motor e fiquei quieto, ouvindo os gritos do lado de fora.

- Ele morreu, ele morreu!!! Chamem a polícia - diziam as pessoas, sem que me desse conta de que falavam de mim.

Num gesto contínuo, soltei o cinto de segurança, abri a porta e corri na direção das pessoas na calçada.

Mas enquanto eu pedia ajuda, uma pessoa gritou “ele está ferido, cuidado com o sangue”.

Furioso, sem entender bem o que estava ocorrendo, apanhei meu celular e pedi que ligassem para minha família. Foi quando surgiu uma moça e perguntou meu nome, dizendo: “Me empresta seus documentos, pois eu vou chamar os bombeiros e a polícia”.

Foi só então que comecei a perceber o que de fato tinha acontecido, pois ao apanhar meu telefone no piso do carro, me deparei com o tampão de ferro sobre o banco traseiro e o estrago que ele tinha causado.

Denise Ricci, minha advogada, foi a pessoa que me ajudou. Por coincidência, ela aguardava o sinal fechar para atravessar a rua e viu tudo de perto.

Percebi, logo em seguida, que minha mão e braço direitos estavam machucados e eu perdia muito sangue. Minha cabeça também doía muito e eu estava meio surdo.

Quando fui levado para o Hospital Miguel Couto, acabei enfrentando outro desastre: Esperei duas horas para ser atendido e nada, até que resolver ir para uma clínica particular onde tomei injeções, fiz curativos e me deram um calmante, que me fez adormecer.

**A Brutalidade** - Desde o dia do acontecido, até hoje só tive prejuízos de toda ordem. É um absurdo que um cidadão que trabalha, contribui, que dirigia seu próprio veículo e nenhuma responsabilidade teve com relação àquela explosão, tenha sido abandonado à própria sorte como ocorreu comigo.

Nenhuma entidade ou organização do governo, ou das empresas envolvidas, me procurou com medidas concretas, de apoio psicológico, material, jurídico etc. Se eu não dispusesse dos meios necessários para procurar minha saúde física e financeira, estaria definitivamente encarcerado.

Para mim, tudo isto que ocorreu só pode ser explicado de uma forma: incompetência, ingerência, negligência, abandono do cidadão pelo Estado, descaso e falta de respeito. “Estamos realmente à mercê da sorte e dos milagres”. Pois o resto só funciona no sentido contrário. Se eu tivesse ido à sede de uma dessas concessionárias privadas de serviço público e quebrasse tudo, eu já estaria preso e condenado.

Mas com certeza, eu não pretendo jamais esquecer aquele 17 de maio, pois hou-

ve um divisor de águas na minha vida: eu poderia ter morrido ou ficado inválido. Só pelo descaso e falta de respeito dessas concessionárias privadas. Hoje, a única coisa que norteia meus pensamentos e ação é o desejo de justiça. É um caso de polícia! Estão menosprezando a nossa capacidade mental. Seremos idiotas? - Ao buscar a justiça contra as empresas - ou empresa - responsáveis, estou apenas exercendo um direito democrático de cobrar meus direitos fundamentais, que foram cerceados de forma brutal e sem propósito.

Justiça sim, não à impunidade! E direito, a indenização! E direito, a informação sobre onde você anda! É preciso justiça, para que a brutalidade e a violência não se tornem banais.

Trata-se de uma questão de política social, não podemos ficar inertes nesse estado de coisas, sem justiça e legalidade. É sabido que várias pessoas foram vítimas dessas empresas e estão entregues à sua própria sorte.

Eu não vejo nenhum mérito na Light e na

CEG, na medida em que não querem assumir responsabilidades sobre seus erros. A vida humana deve ser o capital mais importante nesta cidade.

O laudo da polícia técnica levou dois meses para sair, e não condiz com a verdade. A verdade da vítima viva! Eu estou vivo e discordo de tudo que está escrito.

Mesmo sem ter o laudo definitivo, nós entramos com uma ação de responsabilidade civil contra a Light. Tudo porque a tampa que estava no carro era da Light. Na ocasião, a CEG se defendia na imprensa como se o gás não fosse dela. Então, os culpados são as vítimas? É um horror saber que nós, brasileiros, temos que consumir os produtos de uma gente horrorosa como estes senhores.

**\*Salvador Rodrigues, cidadão e hoteliro, escapou por pouco da morte, depois que uma explosão de gás em uma galeria da Light arremessou o tampão de um bueiro através do pára-brisa de seu carro, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro.**

Oração de Santa Cruz

DEUS todo poderoso, que sofreste a morte sobre a madeira sagrada, por todos os nossos pecados, sede comigo.  
 SANTA CRUZ DE JESUS CRISTO, compadecei-vos de nós.  
 SANTA CRUZ DE JESUS CRISTO, compadecei-vos de mim.  
 SANTA CRUZ DE JESUS CRISTO, sede a minha esperança.  
 SANTA CRUZ DE JESUS CRISTO, afastai de mim toda arma cortante.  
 SANTA CRUZ DE JESUS CRISTO, derramai em mim todo o bem.  
 SANTA CRUZ DE JESUS CRISTO, desviai de mim todo o mal.  
 SANTA CRUZ DE JESUS CRISTO, livrai-me dos acidentes, temporais e corporais.  
 SANTA CRUZ DE JESUS CRISTO, voz adoro para sempre.  
 SANTA CRUZ DE JESUS CRISTO, fazei com que o espírito maligno e infalível se afaste de mim. Conduza-me, JESUS, à vida eterna. Amém.  
 Por todos e em todos os séculos dos séculos.

Amém.